

Mais que Ensinar, Educar. Mais que uma Comunidade, Uma Família - o TEIP no Agrupamento de Escolas José Régio

Joana Silva
Luiza Mira
Elisete Diogo
Tatiane Valduga

Resumo:

O programa TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária emerge como resposta política dirigida à prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, e da indisciplina, e paralelamente à promoção do sucesso educativo, inscrevendo-se em 136 agrupamentos/ escolas. Apresenta-se o projeto TEIP do Agrupamento de Escola José Régio, Portalegre. Um estudo que dá voz aos intervenientes da comunidade escolar, suportado em i) entrevistas aplicadas a cinco atores sociais, a diretora do agrupamento de escolas; a coordenadora do projeto TEIP; a assistente social; a presidente da Associação de Pais do Agrupamento; e um aluno, e paralelamente, em ii) informação documental, literatura específica, legislação e documentos orientadores da unidade orgânica. Sublinha-se as medidas e ações estratégicas implementadas para dar resposta às problemáticas identificadas junto da população escolar.

Página | 32

Palavras-chave: Projeto Educativo, desigualdades sociais; Política de Educação; Agrupamento de Escolas José Régio; Programa TEIP.

Abstract:

The TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária program emerges as a policy response to prevent and reduce school dropout, absenteeism, and indiscipline, and additionally to promote educational success, developed in 136 schools. The TEIP project implemented in Agrupamento de Escola José Régio, Portalegre is presented. This study gives voice to the school community, supported by i) semi-structured interviews with five social actors, the school's principal; the TEIP project coordinator; a school social worker; the president of parents' association; and a student, and as well as ii) documental information, specific literature, legislation, and guidance documents of this school. Measures and strategic actions to respond to school issues are underlined.

Keywords: Educational Project, social inequalities, Education Policy, Agrupamento de Escolas José Régio, Programa TEIP.

Introdução

No decurso da democratização do ensino e da complexificação do espaço escolar (Sebastião, 2009), emergem respostas educativas inovadoras e diferenciadoras, nomeadamente a constituição do programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

O presente artigo apresenta um projeto inscrito no programa TEIP, pertença do Agrupamento de Escolas José Régio de Portalegre (AEJR), sediado em Portalegre, demonstrativo da dinâmica de um agrupamento desta natureza, dando voz aos seus diversos intervenientes.

Num primeiro momento, o artigo identifica os fundamentos para integrar a lista de unidades orgânicas que desenvolvem o programa TEIP e, posteriormente, explana as diferentes estratégias utilizadas para combater as problemáticas identificadas. Realizaram-se cinco entrevistas semiestruturadas, dirigidas a cinco intervenientes com papéis/ áreas de atuação distintos no agrupamento, por forma a obter os diferentes discursos da comunidade relativamente ao projeto do agrupamento. Por fim, apresenta-se um balanço do trabalho desenvolvido e dos eventuais benefícios que se reconhecem obter por o agrupamento integrar o programa TEIP e como isso se reflete na melhoria da qualidade do sucesso escolar dos alunos.

A questão por detrás...

Nas últimas décadas tem sido empreendido um significativo esforço e investimento na qualificação e formação dos cidadãos em Portugal, como forma de recuperar dos défices estruturais resultantes de uma história marcada por condicionantes económicas, culturais e sociais (em muito justificada pelo longo regime ditatorial que restringiu a população no acesso ao direito à educação) (Carvalho, 2018).

Página | 33

Com a democratização do ensino, a população escolar caracteriza-se pela sua diversidade e complexidade (Sebastião, 2009). No sentido de se conseguir dar uma resposta eficaz aos novos desafios com que se depara a escola, esta não pode atuar sozinha; por conseguinte, recorre aos serviços da comunidade para que, através de cooperação e ativação de parcerias, se atenda ao contexto específico em que a escola / agrupamento se inscreve (Almeida, Sousa e Ribeiro, 2018).

Amaro (2000) sublinha a complexidade da situação quando refere que “os problemas pedagógicos, e de indisciplina na escola, são, muitas vezes, vistos como problemas escolares, quando, na verdade, eles são problemas sociais que se revelam e se potenciam na escola” (citado por Sousa e Almeida, 2018, p. 187). Nessa linha de argumentação, torna-se urgente a existência de outros profissionais no contexto escolar, na medida em que é necessário adotar estratégias “mais sociais do que propriamente pedagógicas” (Vieira e Vieira, 2007, citados por Sousa e Almeida, 2018, p.187).

Importa enveredar por um caminho em que o foco esteja nas potencialidades (e não nas fragilidades) dos alunos, impedindo a perpetuação de ciclos de pobreza e de exclusão social, a que muitas crianças estão sujeitas nas suas vidas. A presença de profissionais, como os assistentes sociais, nas escolas, vem reforçar e complementar os esforços dos demais

profissionais (que se constituem como presenças frequentes no espaço escolar), para a promoção da “mudança e o desenvolvimento social, a coesão social, e o empoderamento e autonomia das pessoas” (Sousa e Almeida, 2018, p.187).

Neste sentido, o Estado português procura desenvolver respostas que vão ao encontro do referido, nas quais se inscreve o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

1. Programa TEIP em Portugal

Acompanhando a tendência (a partir dos anos 60) das políticas de educação prioritárias internacionais, nomeadamente no contexto europeu, embora de “inspiração americana” (Vieira, 2018, p.44) foram criados, em 1996, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), através Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto. Contudo, em 1999, apesar da eficácia dos programas TEIP, estes foram descontinuados. Através do Despacho n.º 55/2008, de 23 de outubro, foi dada continuidade ao trabalho / programa anterior, com um relançamento do TEIP, então denominado por TEIP 2 (TEIP de segunda geração) e com maior abrangência de escolas e agrupamentos de escolas.¹ Posteriormente, por forma a promover o “alargamento desta medida e o reforço da autonomia das escolas” (Vieira, 2018, p.67), são criados os TEIP 3 (terceiro programa TEIP), através do Despacho Normativo nº 20/2012, de 3 de outubro de 2012.²

Página | 34

O programa TEIP é definido enquanto

uma iniciativa governamental, implementada atualmente em 136 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos. (Direção Geral da Educação, 25 de abril de 2021)

Os agrupamentos de escolas / escolas não agrupadas intervêm em “territórios caracterizados por neles se encontrarem problemas sociais, famílias com privações de vários níveis, desde económicas, ao acesso a recursos, ao desinvestimento na educação e formação” (Barreiros, 2015, p. 211). Isto é, contextos geográficos marcados pela fragilidade e

1 Se no ano letivo de 1996/1977 (TEIP) existiam 34 escolas / agrupamentos de escolas, em 2010 (TEIP 2) existiam 105, nesta altura com uma dispersão geográfica nacional (em todas as direções regionais de educação), nos TEIP 3 (2017) existiam 137 (Vieira, 2018).

2 Também se poderiam realçar, enquanto programas de intervenção específicos: o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF); o Programa Escolhas (em que atualmente, no nosso país, decorre a 8ª geração); ou ainda os Contratos de Autonomia de Escolas.

vulnerabilidade das suas populações³, com necessidades de índole diversa, mas igualmente portadores de potencialidades que urge serem exploradas e incentivadas. Parecem traduzir-se, portanto, como, territórios onde a educação e a qualificação dos sujeitos não são valorizadas nem percecionadas enquanto promotoras de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, numa perspetiva futura. Assim, através do programa TEIP, tenta combater-se a exclusão social, o insucesso, o absentismo e o abandono prematuro da escola da parte das crianças e jovens integrados nestes territórios.

Outro aspeto muito relevante no programa TEIP consiste no estabelecimento de relações com a comunidade, traduzidas na mobilização dos recursos e ativação das parcerias locais, implicando uma participação efetiva e articulando em rede, para que sejam oferecidas aos alunos oportunidades de educação (e de vida) diferenciadas e adaptadas às suas especificidades, numa perspetiva de discriminação positiva. Destacamos as palavras de Almeida, Sousa e Ribeiro (2018):

para se obter mais justiça na escola seria preciso que a escola levasse em conta as desigualdades reais e procurasse em certa medida, compensá-las. Este seria o princípio da discriminação positiva, consistindo em garantir um mínimo de recursos de diferenciação pedagógica aos mais fracos e desfavorecidos na escola. (p. 37)

Página | 35

Na prossecução dos objetivos do programa TEIP, existe a possibilidade de alocação de recursos, nomeadamente, de trazer para a esfera escolar outros profissionais / técnicos especializados, constituindo-se equipas multidisciplinares que, trabalhando de forma colaborativa e complementar, consigam dar resposta (ou mitigar) as problemáticas identificadas em cada escola. Desta forma, o assistente social pode dar o seu contributo “ao nível do acompanhamento dos alunos e respetivas famílias na escola, [...], num processo conjunto, (co)constroem a resposta, a solução que faça sentido para cada situação” (Barreiros, 2018, p. 222). O profissional de Serviço Social constitui-se como um recurso de significativo valor, revelando-se a sua prática profissional de primordial importância nos projetos TEIP, sendo que estes, tal como referido por Carvalho (2018),

atuam na prevenção dos comportamentos de risco dos estudantes; na mediação escola, família e restantes instituições da comunidade; na promoção do acesso a recursos sociais, com os encaminhamentos que efetuam; no estudo e na análise das realidades nos grupos de trabalho em que se inserem. (p. 6-7)

3 Pelo que geralmente são associados a estereótipos e rótulos de teor negativo associado.

Atualmente, a rede de unidades orgânicas TEIP da Direção de Serviços da Região Alentejo, da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, é constituída por 18 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas (Direção Geral da Educação, 25 de abril de 2021). Um desses agrupamentos é justamente o Agrupamento de Escolas José Régio (AEJR) em Portalegre, que apresentamos neste artigo.

2. “Mais que Ensinar, Educar. Mais que uma Comunidade, Uma Família!” - Agrupamento de Escolas José Régio

O AEJR integra sete escolas, abrangendo alunos desde a educação pré-escolar ao 3.º ciclo do ensino básico. As escolas deste agrupamento estão situadas em quatro das sete freguesias do concelho de Portalegre: Alegrete, União de Freguesias de Reguengo e São Julião, Urra (predominantemente de carácter rural), e União das Freguesias da Sé e São Lourenço (freguesias urbanas), localizando-se a Escola sede do Agrupamento (Escola Básica José Régio) nesta última.

O AEJR acolhe alunos com distintas características e origens sociais, pelo que se torna fundamental uma resposta (e estratégia) diferenciada e especializada, que responda e mitigue as dificuldades dos alunos. Isto reveste-se de particular relevância para aqueles que se encontram numa situação económica frágil. A elevada percentagem de alunos do agrupamento que beneficiam de Ação Social Escolar (ASE), na sua maioria enquadrados em Escalão A (aproximadamente 62%), traduz as vulnerabilidades locais (AEJR, s.d.a).

Merecem particular atenção os alunos que apresentam dinâmicas familiares complexas e os que não se encontram integrados em agregados familiares nucleares. Estas crianças / jovens podem estar, nomeadamente, ao cuidado de terceiros (como em centro de acolhimento residencial), implicando o acompanhamento de outras entidades, como por exemplo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais (EMAT). Tal facto poderá implicar situações emocionais a que é imperativo atender, podendo encontrar-se associados a comportamentos desviantes, desinteresse e desmotivação pela escola. Realçamos ainda que a população escolar do agrupamento abrange crianças e jovens oriundos dos bairros de habitação social com maior expressão em Portalegre (Bairro dos Assentos e Atalaião) e, complementarmente, de duas Casas de Acolhimento Residencial (CAR) de Crianças e Jovens de Portalegre, uma destinada a crianças em risco do género masculino e a outra destinada a crianças do sexo feminino que, mesmo não estando geograficamente na área de influência do AEJR, frequentam este estabelecimento de ensino (AEJR, s.d.b).

Tal como indicado pela coordenadora TEIP, o AEJR abrange

uma rede de alunos que ultrapassa em muito a comunidade local, o que torna o trabalho muito exigente, porque o público é exigente, tem que ser o agrupamento a fazer para que o sucesso seja o maior e com a maior qualidade possível.

A diretora do AEJR acrescenta que são “alunos com um perfil diferente, com alguns *handicaps*”.

Sob o lema “Mais que Ensinar, Educar. Mais que uma Comunidade, Uma Família!”, o AEJR, enquanto unidade que desenvolve o programa TEIP, pretende criar “condições de aprendizagem promotoras de igualdade oportunidades que favoreçam a formação integral dos alunos, tendo como pilar a equidade na prestação desse serviço” (AEJR, s.d.b).

Para identificar quais as áreas / problemáticas de intervenção prioritárias, é realizada uma avaliação, numa abordagem mista, a nível interno (através de relatórios de autoavaliação do agrupamento) e a nível externo (programa TEIP), que serve de base de trabalho para a melhoria do projeto TEIP. Tanto os relatórios como o programa constituem-se enquanto instrumentos chave para a monitorização do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e, se necessário proceder, aos devidos ajustes.

Neste quadro, transmite a diretora do AEJR que “de acordo com o diagnóstico feito com identificação de pontos fortes, oportunidades, pontos fracos, ameaças – desenham-se as medidas” que se pretendem implementar de forma a inverter os pontos menos bons encontrados.⁴

A coordenadora TEIP salienta a este respeito que

a base do nosso projeto e que não é exclusivo do nosso agrupamento, sendo problemáticas das escolas TEIP, são muito comuns e são essencialmente, que é o caso da nossa, uma grande preocupação por debelar todo e qualquer tipo de abandono e absentismo escolar (...) assim como o sucesso educativo. Outro pilar muito importante é a questão da indisciplina, uma preocupação acrescida em todos os anos manter os níveis de indisciplina os mais baixos possíveis, porque sem disciplina, sem comportamento correto, também não há aprendizagem. E é à volta destes grandes pilares que se constrói o projeto TEIP.

A diretora do AEJR, de uma forma sucinta, salienta que os “princípios principais do TEIP, para além do sucesso escolar, são a promoção de um bom clima, diminuir os casos de indisciplina e de absentismo - questões transversais a todos os TEIP”.

⁴ Neste sentido, as problemáticas apontadas enquanto alvo de intervenção pelos organismos desta unidade orgânica passam por: “falta de pré-requisitos, evidenciada pela baixa taxa de alunos que aprova/transita sem níveis inferiores a três, agudizando-se ao longo dos Ciclos; baixo desempenho escolar nas disciplinas de Português, Inglês e Matemática; baixos resultados nas provas finais de Ciclo de Matemática e Português; elevado número de participações de ocorrência e de procedimentos disciplinares; muitos alunos com necessidade de acompanhamento psicológico; precariedade económica das famílias; existência de famílias disfuncionais; pouca disponibilidade dos Encarregados de Educação/Pais; muitos alunos com dificuldades ao nível da leitura e interpretação de ideias” (Projeto Educativo TEIP, 2018-2021, p.61).

Parece de extrema relevância a dinâmica de trabalho que os profissionais do AEJR desenvolvem, no sentido de atingir a finalidade de prestar um serviço aos seus alunos, segundo a coordenadora TEIP traduzida em,

absentismo e abandono chegarmos a zero, a taxas zero e o sucesso escolar dos nossos alunos com grandes prioridades, sem fugir nunca à inclusão de todos, mais do que todas as outras escolas, tudo o que seja escola TEIP é bem mais visível ainda e tornar-se mais premente consolidar o que é uma escola inclusiva e pô-la em prática. O sucesso de todos os nossos alunos do agrupamento, o sucesso educativo também passa pela qualidade das aprendizagens, não almejamos o sucesso pelo sucesso, mas almejando mais do que isso, caminhamos para a qualidade das aprendizagens, que elas se elevem ao nível de cada aluno.

Com o intuito de intervir nas problemáticas identificadas, foi definida uma ação estratégica (aprovada em Conselho Pedagógico) a aplicar no triénio 2018 – 2021.

As medidas definidas, de acordo com diretora do AEJR,

nasceram de necessidades sentidas por todos; as medidas são feitas e desenhadas pelos próprios professores, em equipas de trabalho, pois são eles que estão no direto com os alunos e fazem a “ponte” com as diferentes estruturas do agrupamento. Em primeira instância quem sabe primeiro as coisas são os educadores de infância, os professores, os diretores de turma. É em Conselho Pedagógico (com a presença dos coordenadores dos vários departamentos, psicóloga, professora bibliotecária, encarregado assistentes operacionais, coordenador TEIP, coordenador da equipa autoavaliação), que são discutidos (e aprovados) os relatórios de autoavaliação.

Posteriormente, “é alvo de análise em Conselho Geral⁵ e quando se percebe que aquela medida não surtiu o efeito que era suposto ter tido, é alterada, é adaptada ou então excluída e é criada uma nova” (Presidente Associação de Pais).

Considerando as áreas problemáticas identificadas, foram estipuladas as prioridades de intervenção, e, neste sentido, “as novidades mais recentes foram ao nível do 1.º ciclo com “EPAT” [Equipa Pedagógica de Aprendizagem para Todos], e, ao nível da educação pré-escolar, o “Apoiar para Crescer” (diretora do AEJR). Esta medida, tal como esclareceu a diretora do AEJR, permitiu

contratar mais uma educadora de infância, para trabalhar os pré-requisitos e ao nível da consciência fenomenológica e da consciência linguística, porque se os alunos estiverem despertos para as rimas, para os sons, associam o som à letra e é mais fácil aprender a ler e a escrever. Estes mecanismos foram traçados pelas educadoras de infância, em conjunto com psicóloga do

⁵ Órgão máximo do agrupamento, com a presença de professores, encarregados de educação, não docentes, autarquia e parceiros locais convidados.

agrupamento, terapeuta da fala... - todo um conjunto de técnicas especializadas na área.

Ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, a medida “EPAT”, atualmente desenvolvida nas escolas “do perímetro urbano, tem grande abrangência considerando a dimensão do apoio, alunos desde o 1.º ao 3.º ano de escolaridade” (coordenadora TEIP). Esta medida visa em particular uma situação comentada pela diretora do AEJR, relativamente à qual os alunos

do 1.º para o 2.º ano passam administrativamente, independentemente das aquisições que efetuaram, depois no 2.º ano é que vão incidir as dificuldades, já que não têm os pré-requisitos necessários ao nível da leitura e da escrita, é então necessário consolidar, daí o elevado número de retenções e insucesso a Português e a Matemática (taxas de insucesso do 2.º ano de escolaridade).

Neste sentido, é alocada uma professora, em contexto de sala de aula, para coadjuvar o docente titular de turma, prevenindo futuras situações de insucesso escolar no 2.º ano de escolaridade. Mas não se pretende que exista um apoio, segundo a coordenadora TEIP,

só a Português e Matemática, mas a nível geral; há que trabalhar em colaboração o dia inteiro, em todas as áreas e com todos os alunos, apoiando a turma na sua heterogeneidade (durante todo o horário e toda a mancha curricular).

Estas ações, em concreto, parece que “têm estado a dar muitos frutos porque começamos pela raiz, pelo início” (diretora do AEJR).

Ainda apontada enquanto “novidade”, existe particular atenção direcionada aos alunos com medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, através da medida “Envolve-me e inclui-me”.⁶ A base justificativa desta medida passa pela diversidade dos alunos integrados no Regime Educativo Especial e pelo insucesso constatado numa “franja” de alunos abrangidos pela mesma. Constatou-se que, além dos alunos que usufruem de medidas adicionais (alunos que integram turmas, mas que não acompanham a sua turma de origem em todas as disciplinas, sendo criadas outras respostas de acordo com o seu nível de autonomia e capacidade cognitiva para acompanharem o currículo), existem outros alunos que necessitam de apoio, em particular os alunos abrangidos por medidas universais e seletivas. A medida “Envolve-me e inclui-me”,

⁶ Há que evidenciar que o AEJR tem um Centro de Apoio à aprendizagem (CAAS), possibilitado pelo abrigo Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho. O CAAS é composto por: uma terapeuta da fala; uma terapeuta ocupacional; assistentes ocupacionais; psicóloga; e assistente social (em retaguarda). Os alunos que integram esta valência são auxiliados por professores em contexto de sala de aula e aqueles que possuem maiores dificuldades recebem apoio fora da sala por meio de outras respostas. Integrada neste, o AEJR possui uma Unidade de Ensino Estruturado (integrando a rede de unidades ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei nº3 /2008), sendo escola de referência para alunos com perturbações do espectro do autismo, com três polos: um primeiro (pré-escolar e 1.º Ciclo na Escola Básica do Atalaião), o segundo (pré-escolar e 1.º Ciclo na Escola Básica de Assentos) e o terceiro (2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico na Escola Básica José Régio), estando a frequentar o AEJR 31 alunos, desde a educação pré-escolar até ao 9.º ano de escolaridade, de diversos concelhos.

possibilitou a contratação de mais um docente (do grupo de recrutamento 910), que, de acordo com a diretora do AEJR,

vai para a sala de aula acompanhando esses alunos, onde desenvolve todo um trabalho e, *a posteriori*, um outro de acompanhamento, uma espécie de tutoria. Isto é, o professor vai para a sala, ouve e dá reforço ao aluno no estudo, passando também informação para as famílias para que em casa também saibam como os podem acompanhar.

O esforço do agrupamento no combate ao insucesso na Matemática reflete-se na medida “Grupo de Homogeneidade Relativa”, dirigida a alunos dos 2.º e 3.º ciclos (5.º e 7.º anos de escolaridade), com vista à melhoria da qualidade das aprendizagens nesta área.

No que se refere à prevenção do insucesso na disciplina de Inglês (dirigida a alunos do 3.º ciclo), existe a medida “vitamina S(uccesso)”.

Como forma de prevenção do abandono, indisciplina e absentismo, surgem as medidas “Âncora” e “Dinâmica de Espaços”. Estas medidas são dinamizadas pela equipa multidisciplinar do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) composta por uma assistente social, três animadores socioculturais e uma professora coordenadora, em estreita articulação com os Serviços de Psicologia e de Orientação e a Direção do agrupamento.

Página | 40

Os animadores socioculturais⁷, em particular, fazem a animação dos espaços escolares, nomeadamente pátios, salas de convívio, etc., nos períodos dos intervalos e de almoço (espaços e momentos podem ser entendidos como potenciadores de indisciplina), com diversas atividades lúdicas. Ambiciona-se a boa convivência entre alunos perante a melhoria do clima e ambiente escolares. Esta é destacada pelo aluno do agrupamento entrevistado, notando que “havia muita animação, havia jogos para quem quisesse fazer, jogar cartas, música ... há sempre animadoras a animar os espaços”. Na mesma linha, a Presidente da Associação de Pais realçou “a animação de intervalos: os miúdos gostam muito e é muito bom por se conseguir controlar os comportamentos e perceberem o que não deviam fazer e como deviam fazer melhor”.

Os animadores, de acordo com a diretora do AEJR,

criam desafios para os alunos; vão para dentro das salas de aula fazer dinâmicas de grupo (sobre espírito de equipa, trabalho colaborativo), para promoção da união entre os alunos. Este trabalho tem tido muito bons resultados, um bom impacto. Têm muita sensibilidade e trabalham muito em articulação com os professores titulares.

⁷ Existem animadores em cada escola urbana do 1º ciclo e na escola sede do Agrupamento. De referenciar, tal como foi expresso pela Presidente da Associação de Pais, que “a posição da Associação de pais e que têm batalhado muito para pedir mais animadores para a escola” [sic].

A assistente social salienta que

dá resposta à medida “Âncora” do TEIP, onde se encaixam as funções de assistente social: acompanhamento de alunos e de famílias. No que diz respeito aos alunos, estes podem ser referenciados para acompanhamento por alguma situação específica, necessidade a nível social ou a nível de saúde, por conflitos que possam existir entre alunos, ou por algum absentismo escolar ou indisciplina. Posteriormente, faz-se todo um trabalho com as famílias desses alunos, que pode ser necessário encaminhar e articular para algum serviço local. Faz também parte do Núcleo Local de Inserção a equipa do Rendimento Social de Inserção, que reúne quinzenalmente; articulando / fazendo a “ponte” com a CPCJ, com a EMAT e realizando, igualmente, encaminhamentos ou acompanhamentos ao nível da saúde. Pode haver um acompanhamento a longo prazo, duradouro, mas também pode haver um acompanhamento numa situação que seja pontual, o dar uma informação do que fazer, de onde se dirigir; não se justifica ficar eternamente a acompanhar; dar informação para que depois se possam tomar decisões de forma mais consciente.

Pretende-se realizar o diagnóstico, junto dos alunos e suas famílias, das situações sinalizadas consoante as diversas problemáticas - assiduidade, comportamento e indisciplina -, para que posteriormente se possa definir um plano de intervenção de modo a suprir as dificuldades e/ ou necessidades identificadas, numa lógica de articulação de proximidade quer com elementos da comunidade escolar quer com parceiros locais.

A abordagem da assistente social, segundo a profissional do AEJR, assenta

Página | 41

num papel de mediação: como mediador entre os alunos; entre alunos e professores; entre professores e famílias; entre famílias (pais e filhos); entre famílias e serviços da escola e com parceiros exteriores. A palavra-chave de serviço social de uma escola é mediação. Mas também o não querer ver o assistente social tipicamente só com as questões sociais, mas ser polivalente e flexível, com missão e espírito corporativo transversal a todo o agrupamento. Para isso há que privilegiar os contactos informais com os alunos, numa lógica de proximidade (são maiores os ganhos no futuro, com estes contactos de corredor, nos períodos de intervalo, horas de almoço...). O papel do assistente social na escola também traz aos professores uma visão diferente, porque os professores não conhecem a realidade de cada aluno, as dificuldades porque eles passam ou estão a passar, nem nunca iremos passar por aquilo que alguns alunos passam e o técnico de serviço social traz essa visão, esse olhar diferente, porque cada área tem o seu olhar e é muito importante ter um Assistente Social na escola, já que traz essa outra visão.

Importa salientar que, apesar de não serem consideradas medidas específicas exclusivas TEIP, verifica-se uma grande panóplia de atividades em curso no AEJR, opção fundamentada na “preocupação de dar muitas ofertas aos alunos, porque a escola não são só as aprendizagens académicas em contexto formal de sala de aula, mas também fora desta, com atividades para desenvolvimento de competências para ajudar no futuro” (diretora do AEJR), em linha com as palavras do aluno, quando afirma que permitem “um maior desenvolvimento, nomeadamente

a nível pessoal, ao experimentar diversas atividades e ajuda cada um de diversas maneiras”. Podem destacar-se, adicionalmente: Clube projeto europeu; Clube da rádio (rádio Régio); Clube da música; Clube da robótica; Desporto escolar; Eco escolas, entre outras, bem como diversas ações educativas de sucesso, nomeadamente a Assembleia de delegados de turma; Orçamento participativo; Parlamento dos jovens; Projeto ERASMUS.

3. Em jeito de balanço...

O AEJR revela uma postura e uma filosofia de trabalho que determinam encarar as problemáticas com que se deparam enquanto desafios, existindo “um pacote de medidas que mexe com o Agrupamento todo e procuramos que todas elas vão de encontro a todas à especificidade de alunos que temos” (coordenadora TEIP).

De uma forma sucinta, foi definido um conjunto de medidas com propósitos complementares, intencionando a melhoria do ensino e da aprendizagem, com vista à promoção do sucesso escolar: “Apoiar para Crescer”; “EPAT” – Equipa Pedagógica de Aprendizagem para todos; Grupos de homogeneidade Relativa; “Envolve-me e inclui-me” e “Vitamina S(uccesso)”. E com vista à prevenção do absentismo /abandono escolar e indisciplina: “Âncora” e “Dinâmica de Espaços”.

Por desenvolver o programa TEIP, observa-se um conjunto de oportunidades proporcionadas ao agrupamento podendo não se verificar nos restantes. De acordo com a diretora do AEJR,

a contratação de recursos adicionais ao Agrupamento demonstra-se como muito importante. Sem dúvida alguma os recursos que se pode ter a trabalhar no Agrupamento e ter acesso a muitos programas, muitos projetos ... também o acompanhamento da equipa da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares que quando há alguma dificuldade, estão sempre em contacto.

Integrar o conjunto dos agrupamentos TEIP pode constituir-se como um “privilégio, já que as primeiras situações / oportunidades que aparecem no país são logo para as escolas TEIP” (coordenadora TEIP). A título de exemplo, podem ser apontadas a i) “Academia Digital para pais” (para ajudar os pais a conhecerem as ferramentas tecnológicas, para depois ajudarem os filhos); ii) Programa de Mentoria (alunos que se apoiam uns aos outros, sempre com supervisão DT e equipa GAAP); iii) INCLUDED _ comunidades de aprendizagem (grupos interativos de ligação com comunidade, com uma implementação essencialmente no 1º ciclo); iv) ferramenta SELFIE (plano de ação de desenvolvimento digital), entre outras.

A ideia é corroborada pela Presidente da Associação de Pais:

na minha visão é uma escola exatamente como as outras; ou melhor, até tem benefícios, porque essas medidas, esses técnicos que conseguem contratar e algumas horas que conseguem ter a mais, acaba por ser mais vantajoso. Todas as medidas que apoiam os alunos são fundamentais. A questão de terem mais técnicos, por ser TEIP, é fundamental neste momento em particular em que vivemos e o Agrupamento tem conseguido dar apoio aos alunos (e aí entra o GAAF, tanto a nível alimentar como apoio psicológico, os técnicos do GAAF estão muito atentos a eles). Em termos de apoio educativo, uma medida que para mim é a melhor de todas, a coadjuvação (que também se faz em escolas não TEIP), é fundamental porque as turmas cada vez são maiores e quando se pode ter dois professores na sala de aula, um professor consegue estar a explicar e o outro consegue ver quais os alunos que têm maior dificuldade, consegue acompanhá-los e até consegue perceber que aquele aluno ali até pode ajudar outro e consegue metê-los em pares e acabam por se ajudar uns aos outros. Isto com dois professores dentro da sala de aula, porque estando só um o professor não consegue fazer tudo; e quanto maior é a turma, pior é. E depende do comportamento dos alunos, se se portarem mal acaba por ser ainda mais difícil.

Um aspeto unânime e transversal a todos os entrevistados é perceção da dinâmica do AEJR, que se traduz na diversidade de projetos e atividades que desenvolve, facilitada pela flexibilidade curricular (conduz a uma maior autonomia). Uma dinâmica assente na premissa que “não existe nada que não se tente fazer em prol do sucesso dos alunos e das suas famílias. O Agrupamento vai à procura, não fica “fechado” na comunidade escolar” (coordenadora TEIP).

Relativamente ao envolvimento e motivação da comunidade educativa, a coordenadora Página | 43
salienta que

nada, nem nenhuma medida ou circunstância seria possível sem o envolvimento das pessoas. Até porque ao nível da sua aplicação, se não há envolvimento de quem as aplica, elas “cairiam por terra”, uma vez que “trabalhar num Agrupamento TEIP não é o mesmo do que trabalhar num Agrupamento não TEIP; não quer dizer que os alunos sejam eles todos problemáticos, ou que todas as famílias sejam muito específicas nas suas problemáticas, poderemos é ter um maior número de alunos e famílias nessa circunstância. O cerne da questão é que ao ser Agrupamento TEIP há que ter perfil para trabalhar com esta população. Há trabalho em equipa, uma rede que funciona muito bem, com colegas que se entreejudam. Aliás, até existe no horário uma reunião chamada reunião de equipa pedagógica semanal, onde se encontram todos os docentes daquele conselho de turma, para estabelecer um plano de trabalho com aquela turma. Existe um trabalho de grande proximidade, de articulação intermédias, com todo o pessoal que trabalha no Agrupamento, desde técnicos a docentes, não docentes, parceiros.

Parece ser o “segredo do Agrupamento, ir aproveitando todas as oportunidades, tentar todas as candidaturas que verificam que há mais-valia para o Agrupamento” (diretora do AEJR).
Aspeto igualmente salientado pela coordenadora TEIP:

há um trabalho evolutivo, identificam-se os problemas, vai-se à procura de soluções, se conseguem internamente, excelente, senão vai-se à procura de parcerias, e se mesmo assim não for suficiente, vai-se à procura de qual projeto se podem candidatar. Fazendo-se um trabalho muito pró-ativo e não reativo, de grande prevenção, para não chegar ao caso de encontrar uma situação que depois se tem que ter um esforço muito maior para resolver.

Relativamente ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, o balanço é muito positivo.

A assistente social se refere:

Vejo o TEIP com duas versões, sendo uma só, já que é o projeto do nosso Agrupamento, adaptado à nossa realidade, às nossas necessidades, que foi feito com base no nosso diagnóstico. Se por um lado o TEIP pode ser visto no sentido de apoio ao nível das aprendizagens, em que se sente uma mudança pois há a oportunidades dos alunos terem recursos de professores ou de outras medidas que os possam ajudar de uma forma mais individualizada; por outro podemos ver o TEIP mais de um lado social, da parte da (in) disciplina e do absentismo e do abandono e nesta questão também se sente uma grande mudança. Ao nível da indisciplina havia muitas brigas, muitos conflitos entre alunos, brigas físicas e às vezes até um pouco intensas, sente-se uma grande mudança ..., mas também temos que ver que houve igualmente uma mudança de estilos e de formas de estar dos alunos, são de uma outra forma, não são os mesmos alunos de há 11 anos atrás, são diferentes... a tipificação das ocorrências também foram mudando.

A coordenadora TEIP realça que:

Página | 44

o percurso é positivo; problemáticas que já foram mais problemáticas e agora são menos e não surgiu nenhuma nova que levantasse grandes preocupações. Continua-se ano após ano a resolver a problemática da indisciplina, a trabalhar aquela “franja” dos meninos da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva... A evolução é muito boa e positiva. O caminho percorrido tem sido muito positivo, cada vez mais há um conhecimento estrutural de onde é que é preciso atuar, tem-se conseguido debelar muitas das questões que inicialmente foram colocadas como problemáticas, tem-se conseguido ultrapassar obstáculos. As estruturas que estão montadas estão a conseguir dar resposta àquelas que são as preocupações de momento ou aquelas que tivemos na construção do último projeto TEIP.

Conclusão

Os alunos de uma escola / agrupamento de escola representam e refletem o seu contexto, coexistindo num mesmo espaço escolar diversas sensibilidades. Com vista à superação de condicionantes económicas, culturais e sociais apresentadas, tem-se assistido a um investimento na melhoria da qualidade dos processos de aprendizagem, visando o sucesso educativo de todos os alunos. Tal tem sido realizado através de diferentes respostas a nível educacional e social, como a integração de Agrupamentos de Escolas no programa TEIP.

Uma escola /agrupamento de escolas TEIP pretende constituir-se enquanto espaço de mudança e transformador de contextos que, pelas suas características, poderiam desencadear situações de pobreza e exclusão social. Existe a preocupação de construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, direcionado a todos os alunos, independentemente do seu contexto social de origem. Para tal, torna-se imperativa a existência de outros profissionais em contexto escolar, tais como assistentes sociais, enquanto elementos de equipas multidisciplinares que consigam colmatar e dar respostas às necessidades que a população escolar possui, mas também desenvolvendo as suas potencialidades.

No decurso deste artigo, foi apresentado um agrupamento de escolas em particular, o Agrupamento de Escolas José Régio. Neste sentido, o agrupamento, consoante as necessidades e dificuldades dos alunos, identificadas através de (constantes) avaliações internas e externas (que evidenciam os pontos positivos e negativos do agrupamento), define as estratégias a implementar que melhor poderão colmatar as áreas problemáticas. No AEJR foram definidas, mais recentemente, as medidas “Apoiar para Crescer”; “EPAT” – Equipa Pedagógica de Aprendizagem para todos; Grupos de homogeneidade Relativa; “Envolve-me e inclui-me” e “Vitamina S(uccesso)”; “Âncora” e “Dinâmica de Espaços”. Nestas duas últimas medidas, salientamos, em particular, o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, recurso de grande importância, com atuação de uma equipa multidisciplinar, onde se incluem a assistente social (numa vertente mais direcionada ao nível do apoio social ao aluno e sua família) e os animadores socioculturais, mas sempre em articulação com o serviço de psicologia e a direção do agrupamento.

As medidas implementadas, cada uma direcionada para determinado grupo de alunos muito específico, mas que, na sua generalidade, abrangem alunos de todo o agrupamento, vão desde a educação pré-escolar até ao 9.º ano de escolaridade.

Ainda que não especificamente enquanto medidas TEIP, o AEJR oferece muitas outras atividades que, ocorrendo (também) fora do contexto de sala de aula, são complementares ao trabalho desenvolvido no âmbito curricular, enriquecedoras e promotoras de outras competências que permitem aos alunos ter outras perspetivas no seu futuro.

Com este artigo foi possível verificar como, apesar de consideradas as problemáticas e fragilidades transversais dos agrupamentos integrados no programa TEIP (tais como indisciplina, abandono e absentismo escolar), o AEJR definiu respostas distintas de todos os outros, tendo em conta a especificidade do público escolar e o contexto onde o agrupamento se inscreve.

Para o cumprimento dos objetivos e metas do AEJR, revela-se essencial a conjugação de esforços de toda comunidade (escolar e educativa), constituindo uma rede de parcerias que permita uma cooperação efetiva e eficaz, mobilizando diferentes elementos da comunidade.

Por fim, dirigir uma palavra de agradecimento a todos os entrevistados que permitiram aferir e evidenciar o grande esforço do AEJR em realizar um trabalho de excelência com vista à qualidade das aprendizagens dos seus alunos.

Bibliografia

AEJR - Agrupamento de Escolas José Régio. (s.d.a). *Plano plurianual de melhoria 2018-2021*. (não publicado).

AEJR - Agrupamento de Escolas José Régio. (s.d.b). *Projeto Educativo TEIP, 2018-2021*. (não publicado).

Almeida, J., Sousa, P. e Ribeiro, S. (2018). A escola hoje: velhos problemas, novos caminhos. In: J. Almeida e P. Sousa (eds.). *Serviço Social na Escola. Contributos para o campo profissional*. S/l.: Ed. Humus, pp. 17-41.

Página | 46 Barreiros, N. (2015). Serviço Social num Agrupamento de Escolas: o Olhar do Profissional de Serviço Social. In M. I. Carvalho (2015) (eds.). *Serviço Social com famílias*. S/l.: Pactor, pp. 211-224.

Carvalho, M. I (2018). Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve Introdução. In M. I. Carvalho (eds.). *Serviço Social em educação*. S/l.: Pactor, pp. 1-15.

Despacho n.º 147-B/ME/96. Procede à definição de territórios educativos de intervenção prioritária. *Diário da República* n.º 177/1996, Série II de 1996-08-01. Ministério da Educação.

Despacho n.º 55/2008. Define normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de segunda geração (TEIP2). *Diário da República* n.º 2/2008, Série II de 2008-01-03. Ministério da Educação.

Despacho Normativo n.º 20/2012. Estabelece normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de terceira geração (TEIP3). *Diário da República*, 2.ª série, N.º 192, 2012-10-03. Ministério da Educação e Ciência.

Direção Geral da Educação. (25 de abril de 2021). *Rede - Agrupamentos de Escolas TEIP*. <http://www.dge.mec.pt/rede>.

Direção Geral da Educação. (25 de abril de 2021). *TEIP - Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/teip>.

Sebastião, J. (2009). *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Sousa, P. e Almeida, J. L. (2018). A Intervenção do Serviço Social nas Escolas. In Almeida, J. L. e Sousa, P. (org.). *Serviço Social na Escola. Contributos para o campo profissional*. S/l.: Ed. Humus, pp.187-200.

Vieira, A. (2018). Da territorialização das políticas educativas: incursão histórica e comparada de intervenções sociopedagógicas. In Almeida, J. L. e Sousa, P. (eds.). *Serviço Social na Escola. Contributos para o campo profissional*. S/l.: Ed. Humus, pp. 43-72.

Nota sobre as autoras

Joana Silva

joana.pisco.vestia.silva@gmail.com

Técnica superior CLDS 4G Borba Capacitar (Associação de Desenvolvimento Montes Claros, Borba). Aluna do 2.º ano da licenciatura em Serviço Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Licenciada em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pós-Graduada - 15º Curso de Pós-Graduação “Proteção de Menores - Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho” - Centro de Direito da Família/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mediadora familiar - Curso de Formação Mediação Familiar promovido pelo Instituto Português de Mediação.

Página | 47

Luiza Mira

luizaamira@gmail.com

Aluna do 3.º ano de licenciatura de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

Elisete Diogo

elisetediogo@ipportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

ORCID ID: 0000-0002-5303-8585

Ciência Vitae ID: 3D16-5F3F-DD07

Assistente social, professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Doutorada em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa. Investigadora pelo Católica Research Centre for Individual, Family and Social Wellbeing, com interesses nomeadamente no Acolhimento Familiar de Crianças. Coordenadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.

Tatiane Valduga

tlvaa@ippportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

Orcid - 0000-0001-6283-9117

Ciência Vitae ID: 0E17-AD3B-93BB

Assistente social, professora adjunta do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Investigadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.